

Movimento estudantil de serviço social e dilemas atuais: o desafio é (re)encantar-se

Maria Clariça Ribeiro Guimarães

Professora da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

E-mail: clarica.ribeiro@gmail.com

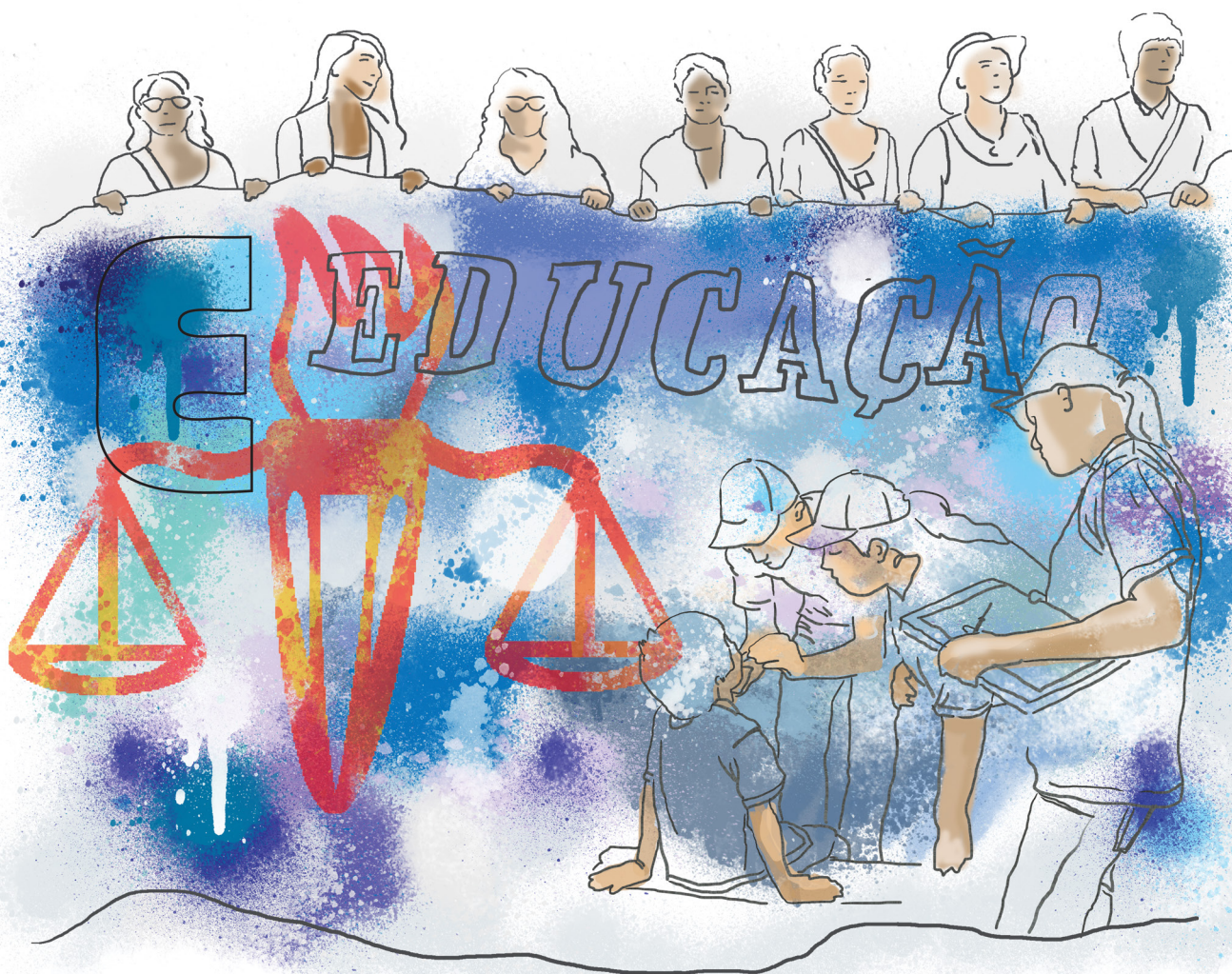
Resumo: O artigo aborda o Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) como parte da história da profissão, focando na discussão dos desafios organizativos postos ao Movimento. Resulta de sucessivas aproximações com a totalidade social, constituindo objeto de análise crítica documentos, pesquisas, elaborações teóricas e reflexões fomentadas durante nosso período de militância no MESS (2007-2011). As análises tecidas permitem afirmar que dentre as dificuldades organizativas que vêm distanciando o movimento estudantil de Serviço Social do seu horizonte político e, muitas vezes, comprometendo sua intervenção, destacam-se: as fragilidades na formação teórico-política de muitos(as) militantes, a relação tensa com os partidos políticos e a dificuldade de construção da unidade na ação política. O artigo discute cada um dos desafios identificados e, finalizando, destaca que tais desafios não invalidam a pertinência e viabilidade concreta da ação política do MESS, pois nas contradições da realidade também residem suas possibilidades históricas.

Palavras-chave: Movimento Estudantil de Serviço Social. Desafios Organizativos. Formação Política. Partidos. Unidade.

Introdução

A trajetória do Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS), construída por diversas gerações, é parte constitutiva da história da profissão e da categoria dos(as) assistentes sociais, não acontecendo descolada desta, na medida em que ambos são processos

imbricados e interdependentes, que se influenciam mutuamente, embora sejam inegáveis as particularidades. O presente ensaio, nesse sentido, objetiva contribuir para problematizar e elucidar, numa perspectiva crítica, a trajetória, os dilemas e os desafios nos quais o Serviço Social se insere, do ponto de vista da organização política dos seus estudantes, assistentes sociais em formação.



Contudo, nossa atenção está voltada centralmente para a história que se processa no tempo presente, em um contexto no qual a ação política do MESS vem sendo materializada em face de uma enorme ofensiva à organização coletiva crítica e combativa. As múltiplas alterações que têm ocorrido no último período, tanto na esquerda brasileira como na própria juventude e na universidade – lócus privilegiado de sua atuação –, têm provocado, também, várias dificuldades no processo de organização e mobilização dos(as) estudantes, o que corresponde a determinações diversas de ordem estrutural e conjuntural. Se estamos optando, neste texto, por darmos maior visibilidade a estes desafios é porque acreditamos que *a história, mais do que a lembrança do passado, é a construção do futuro*. Para seguirmos nesta construção, perceber as contradições é fundamental, inclusive para o enfrentamento dos aspectos que vêm inibindo os avanços das lutas do MESS. Portanto,

caracterizamos a seguir como desafios aspectos do cotidiano do Movimento Estudantil de Serviço Social que, na nossa avaliação, estão comprometendo e, muitas vezes, distanciando o MESS dos objetivos que este se propõe a alcançar¹.

O desafio da formação de militantes

Para que o MESS não perca seu caráter de movimento social, de mobilização para as lutas, é fundamental a formação política de seus militantes. Compreendemos formação política como um processo no qual o indivíduo se percebe como ser histórico capaz de intervir nos rumos da sociedade. Perpassa a apropriação de conhecimentos teóricos e da prática política que instrumentalizem o sujeito para a análise da realidade e para a elaboração de alternativas visando à sua transformação.

Portanto, a formação política é um aspecto complementar e indissociável do exercício da militância, justamente por ser indispensável na luta pela emancipação humana. “Compreende-se formação política como desafio de despertar nos(as) jovens o encanto pelo movimento político, com esperança na organização coletiva, na possibilidade de construção de ações políticas democráticas” (RAMOS, 1996, p. 133). Com esse horizonte, a necessidade de um processo sistemático de formação política dos(as) dirigentes estudantis estaria vinculada, de acordo com Ramos (1996), à enorme dificuldade de articulação das entidades de base (Centros e/ou Diretórios Acadêmicos); ao número limitado de indivíduos que estão preocupados com a coletividade; à baixa renovação dos(as) dirigentes; e à falta de discussão política sistemática entre os(as) dirigentes das entidades estudantis e o conjunto dos(as) estudantes.

Embora exista um esforço dentro do MESS para estar, constantemente, fomentando espaços de discussão entre os(as) estudantes, por meio da promoção de debates, oficinas e cursos, várias fragilidades podem ser identificadas no campo da formação teórico-política da militância do movimento estudantil,

O papel da formação no processo de construção da consciência é demonstrado pelo fato da formação significar um momento teórico da prática política, que consiste na socialização da teoria acumulada, relacionando-a com um contexto concreto e, desse modo, incorporando-a como um novo horizonte para futuras ações do movimento.

com ênfase para o fato desta vir se dando muito mais no plano individual do que coletivo, considerando ainda a transitoriedade da condição estudantil². Realmente a dinâmica do Movimento Estudantil (ME) no sentido da rápida rotatividade de suas lideranças, decorrente do curto período de vinculação à universidade, muitas vezes, reflete em uma certa imaturidade política das lideranças estudantis, porém, este é um aspecto que apenas reforça a necessidade da formação, que é de suma importância para a construção da consciência política.

O papel da formação no processo de construção da consciência é demonstrado pelo fato da formação

significar um momento teórico da prática política, que consiste na socialização da teoria acumulada, relacionando-a com um contexto concreto e, desse modo, incorporando-a como um novo horizonte para futuras ações do movimento. Com relação ao MESS, a fragilidade no campo da formação política é ainda maior quando se refere às escolas privadas, o que não é ausente de determinações.

Além das particularidades que perpassam a organização estudantil nas escolas privadas, destacamos, também, a realidade objetiva dos(as) estudantes que aí estão inseridos, à medida em que, em grande parte, trata-se de estudantes que são também trabalhadores(as) e/ou mães e, em meio à sobrecarga de responsabilidades decorrentes dessa condição, acabam por terem sua participação no movimento estudantil comprometida ou pelo menos minimizada, elementos que não podemos desconsiderar.

Subjacente a essas limitações objetivas dos(as) estudantes, a realidade sugere ainda a existência de dificuldades postas à organização política estudantil, de forma autônoma, nas instituições privadas, haja vista a própria ausência de abertura para espaços fomentados pelo ME.

Outrossim, faz-se necessário aqui analisar o que significa para o MESS a ausência e/ou fragilidades na formação teórico-política de grande parte de seus militantes. Pensamos que o estudo da teoria e a formação política são responsáveis pelo conteúdo dado às reivindicações do movimento, bem como por orientar as táticas e estratégias a serem adotadas. Se a formação política está fragilizada, por consequência, as ações perdem a radicalidade e o seu potencial de intervir qualitativamente na realidade, pois um aspecto não está dissociado do outro. Ao contrário, trata-se de uma relação intrínseca e direta.

A falsa dicotomia teoria e prática, amplamente disseminada atualmente, não pode ser, também, reproduzida no âmbito das organizações de esquerda que visam à transformação societária, dentre as quais a militância do Movimento Estudantil de Serviço Social. Ao contrário, o esforço deve ser na direção de superar tal dicotomia, articulando ação e formação política. É com a articulação dessas duas esferas que o MESS poderá avançar em sua organização e contribuir de forma mais consolidada para a elaboração

teórica e prática de seus militantes, dois aspectos de um mesmo processo.

Obviamente, por mais profunda que seja a formação política, ela é incapaz de gerar a ação por si mesma, até mesmo porque a formação política acontece, sobretudo, na prática concreta da ação política. Contudo, é fundamental que a prática concreta seja mediada pela teoria. Caso contrário, não teremos nada além de um ativismo inconsequente e estéril, que estará longe de atender às suas finalidades.

O entendimento equivocado, muitas vezes presente, de que a atuação no âmbito do MESS pode perfeitamente ser pautada no voluntarismo se reflete numa certa resistência por parte de muitos(as) estudantes para compreenderem a formação teórico-política como pressuposto fundamental para a militância no movimento estudantil, alimentando intervenções políticas com base na “boa vontade” e na espontaneidade. Bogo (2008) nos lembra o quanto é antiga a questão da espontaneidade na ação política e inclusive os próprios clássicos do materialismo histórico-dialético surgiram a partir da necessidade de combater tal ingenuidade. Por exemplo, Lênin, em *O que fazer*, ao expor o seu ponto de vista sobre o caráter e o conteúdo da agitação política, problematiza o voluntarismo na proporção em que se contrapõe ao culto da espontaneidade no domínio da atividade política, referindo-se especificamente ao “aniquilamento da consciência pela espontaneidade” (2008, p. 42).

Outro aspecto que vem dificultando para o MESS a formação de militantes se refere à própria relação do movimento com a base dos(as) estudantes. A própria dinâmica da sociabilidade do capital nos leva, muitas vezes, a claros momentos de acomodação da ordem – amparados na apatia e no imobilismo – e entender esta dinâmica contribui para compreendermos o porquê da expressiva quantidade de estudantes de Serviço Social que não se inserem ou participam de nenhum espaço político fomentado pelo movimento estudantil e tampouco acreditam nas possibilidades da organização coletiva, atitudes extremamente difundidas pela lógica desta sociabilidade.

Sem dúvidas esta não é uma realidade exclusiva do Movimento Estudantil de Serviço Social, mas, certamente, o distanciamento do trabalho de base aliado ao processo de criminalização que o movimento es-

tudantil passa dentro das universidades são aspectos que vêm comprometendo profundamente a formação de novos militantes no âmbito do MESS, pois a formação política precede trabalho de base contínuo: “[...] para mobilizar para as lutas do movimento é necessário que os militantes estejam trabalhando cotidianamente e mostrando aos estudantes os desafios e perspectivas das lutas” (RODRIGUES, 2008, p. 47).

Ao mesmo tempo, as contradições, produzidas no cotidiano das relações sociais, possibilitam que, ao elevarmos nosso nível de consciência, nos percebamos como sujeitos das alterações históricas. Nessa dialética, “a acomodação do proletariado à lógica do capital não é a negação da luta de classes, mas uma das formas de sua manifestação” (IASI, 2007a, p. 114).

Diante desse quadro, um indicativo interessante é a necessidade de priorizarmos novos métodos de organização e mobilização dos(as) estudantes. Novos caminhos precisam ser traçados para que tenhamos condições de responder, adequadamente, às inquietações do tempo presente.

O desafio da relação com os partidos políticos

Diversos estudos têm apontado para a presença dos partidos políticos no cotidiano dos movimentos sociais (MS) e organizações populares, com ênfase para o movimento sindical e o movimento estudantil, considerados prioritários pelos partidos de esquerda (SANTOS, 1995). Tal prioridade se dá no sentido desses movimentos se constituírem como espaços estratégicos para a intervenção dos partidos políticos, haja vista a capacidade que possuem para organizar respectivamente a classe trabalhadora e a juventude.

Nessa perspectiva, as diferentes correntes partidárias da esquerda brasileira têm priorizado a aproximação com os movimentos sociais, ao mesmo tempo em que muitos militantes de MS são, também, militantes partidários, o que faz com que se estabeleça uma relação extremamente dinâmica e, em vários momentos, também tensa, entre movimentos sociais e partidos.

Importante ressaltar que, por várias décadas, os partidos políticos foram considerados agentes polí-

ticos por excelência da sociedade moderna, detendo praticamente o significado exclusivo da participação política. É no final da década de 1970, no contexto de rearticulação dos segmentos sociais, que uma diversidade de forças políticas de diferentes matizes, projetos e ideologias, entre Organizações Não Governamentais (ONGs) e MS, passa a dinamizar o processo de luta por conquista e ampliação de direitos, provocando profundas alterações na esfera da participação política.

Inclusive porque é no final da década de 1970 – no contexto da redemocratização da sociedade brasileira – que os partidos políticos, também, passam a se reorganizar. Nesse período, a estrutura partidária passa por alterações importantes, tendo em vista o fim do bipartidarismo até então existente, o que proporciona a ampliação expressiva da quantidade de partidos presentes na arena política, ocasião na qual “O PCB e o PC do B voltam à legalidade e, num processo de mobilização e organização dos trabalhadores, cria-se o PT” (SANTOS, 1995, p. 13). Dessa forma, os par-

A primeira tendência, identificada no âmbito do Movimento Estudantil de Serviço Social, que se contrapõe à presença dos partidos no Movimento, é demonstrada por meio de uma postura antipartidária. Tal posição é expressiva da cultura política brasileira que tem uma visão negativa dos partidos, bem como da crise de representatividade que os partidos vêm passando atualmente.

tidos políticos continuam sendo importantes instrumentos político-organizativos da classe trabalhadora³, porém, a arena política se complexifica à medida em que novos sujeitos coletivos surgem e apresentam demandas e reivindicações múltiplas e plurais.

No cotidiano dos espaços do MESS, aparecem tendências diferenciadas no que se refere à forma como os(as) estudantes percebem a presença de articulações partidárias no interior do movimento estudantil e as implicações de tal atuação para o processo de organização do MESS. São elas: a enorme resistência à presença dos partidos e negação da necessidade de articulação com eles e uma segunda tendência, que admite os partidos políticos como organizações que

podem contribuir para a organicidade do movimento e formação política de seus militantes e percebe os partidos de esquerda como aliados importantes.

A primeira tendência, identificada no âmbito do Movimento Estudantil de Serviço Social, que se contrapõe à presença dos partidos no Movimento, é demonstrada por meio de uma postura antipartidária. Tal posição é expressiva da cultura política brasileira que tem uma visão negativa dos partidos, bem como da crise de representatividade que os partidos vêm passando atualmente. No cotidiano da organização política, a satanização das estruturas partidárias implica, também, na negação da necessidade de qualquer articulação com partidos políticos, numa lógica que conduz, em última instância, ao isolamento e um reforço ao corporativismo.

Se baseiam em experiências de relações do movimento estudantil com os partidos políticos que se inserem numa perspectiva instrumental, que, conforme Santos (1995, p. 55), se caracteriza por “uma supervalorização dos ensinamentos da vanguarda do partido, a ponto de minimizar as necessidades e reivindicações concretas dos MS”. Com base nessa perspectiva, os partidos políticos se utilizam dos movimentos sociais, entre eles o movimento estudantil, exclusivamente para divulgar suas concepções e para fins políticos definidos pelo partido. Devido a práticas desse tipo, muitos militantes do movimento estudantil passam a manifestar grande resistência à presença de partidos políticos nos espaços do MESS.

Entendemos que, de fato, devemos nos contrapor às posturas partidárias instrumentais para com o movimento; no entanto, consideramos um equívoco que, muitas vezes, o esforço para desvincular o MESS de partidos se reflita numa supervalorização da espontaneidade dos sujeitos que constroem o movimento, estendendo a resistência, também, aos próprios estudantes que se organizam em partidos. Com isso se está também negando a importância de que os sujeitos que constroem o movimento estudantil possam conhecer e se aproximar de outras organizações que pensam a transformação societária, como é o caso dos partidos políticos.

A posição de defesa de um certo “distanciamento partidário” é frequente no cotidiano da organização do movimento estudantil, aproximadamente desde a

reconstrução da UNE, em 1979, conforme assinala Oliveira (1994). Isto porque os fortes embates políticos, expressos nos Congressos Nacionais da UNE, levaram a muitas interpretações de que os insucessos da entidade estariam na presença dos partidos políticos de esquerda em seu interior, o que é, também, observado no âmbito do MESS na realidade contemporânea. Entendemos que esta é uma concepção reducionista que considera, de antemão, os partidos como aparelhistas e antidemocráticos, quando, na realidade, o fato de militantes do MESS serem, também, filiados(as) ou simpatizantes de determinados partidos políticos não significa, necessariamente, a instrumentalização ou a perda da autonomia do movimento.

Há ainda concepções, dentro do MESS, que sinalizam para a importância e necessidade de articulação entre movimentos sociais e partidos políticos, numa perspectiva que considera o vasto leque de contribuições que a organização partidária pode dar para a construção de linhas políticas de atuação e, principalmente, para a formação política dos(as) militantes do MESS, reconhecendo os partidos de esquerda como aliados importantes e, além disso, percebendo a participação dos(as) estudantes em partidos políticos como uma possibilidade para contemplar a fragilidade de formação teórica-política no âmbito do movimento estudantil, atualmente.

Considerando as contribuições e embates da complexa relação entre o MESS e os partidos políticos, podemos afirmar que acreditamos na possibilidade de se travar uma relação verdadeiramente democrática entre estes sujeitos coletivos. Em outras palavras, isso significa o estabelecimento de uma relação fundada no confronto entre saberes, tal como situa Santos (*loc. cit.*). Sob essa ótica, consideram-se as singularidades de organização e interesses tanto do movimento estudantil como dos partidos políticos que nele atuam.

Compreende-se que ao mesmo tempo em que o movimento estudantil não deve de forma alguma se configurar como mero transmissor de diretrizes externas, também não deve construir um projeto político de forma isolada. Por sua vez, os partidos políticos devem superar práticas vanguardistas e articular-se ao MESS de forma isenta de qualquer autoritarismo e

imposição política. A organização, a ideologia, a práxis e o projeto do MESS são construídos e expressos, cotidianamente, pelos seus próprios sujeitos, num processo historicamente determinado, embora as alianças se façam necessárias.

Importante recordar, nessa perspectiva, que Florestan Fernandes, ao discutir movimento socialista e partidos políticos⁴, afirma com clareza que há uma relação profunda entre o movimento socialista, o partido e a classe, sendo esta o elemento central que condiciona e regula o vigor do movimento e do partido.

Assim, evidencia uma relação de interdependência entre movimento e partido, obviamente mediada pela luta de classes, enquanto realidade histórica condicionante dessa relação, ao assinalar que quando o movimento socialista é fraco, correspondentemente têm-se partidos socialistas também fracos: “Basta que vocês pensem sobre o Brasil: nós não temos um movimento socialista vigoroso. Qual é a consequência? Nós não temos também partidos socialistas fortes, que possam exercer funções agregadoras ou aglutinadoras [...]” (FERNANDES, 2008, p. 391).

Assim, evidencia uma relação de interdependência entre movimento e partido, obviamente mediada pela luta de classes, enquanto realidade histórica condicionante dessa relação, ao assinalar que quando o movimento socialista é fraco, correspondentemente têm-se partidos socialistas também fracos.

Essa afirmação extremamente atual de Florestan Fernandes – que nos dá mesmo a impressão de que sua análise está se remetendo aos tempos presentes – nos remete a uma análise do processo de construção da ação política da esquerda brasileira, no cenário contemporâneo, pois, nessa direção, se atualiza o indicativo de que os setores de esquerda devem rever seus valores, táticas e estratégias para a realização da transformação social.

A compreensão dessas variadas tendências e concepções, presentes dentre a militância do Movimento Estudantil de Serviço Social acerca da atuação de articulações partidárias no âmbito do MESS, é fundamental para discutirmos o desafio da construção da unidade na ação política. Afinal, grande parte das di-

vergências que, atualmente, tensionam a organização política dos(as) estudantes de Serviço Social advém, principalmente, de distintas orientações partidárias ou ainda de um certo tensionamento entre os militantes partidários e os chamados independentes – estudantes que não aderiram a nenhum dos grupos políticos que atuam no MESS –, que, muitas vezes, se esforçam para atribuir ao movimento um caráter ‘neutro’ em relação a partidos e governos.

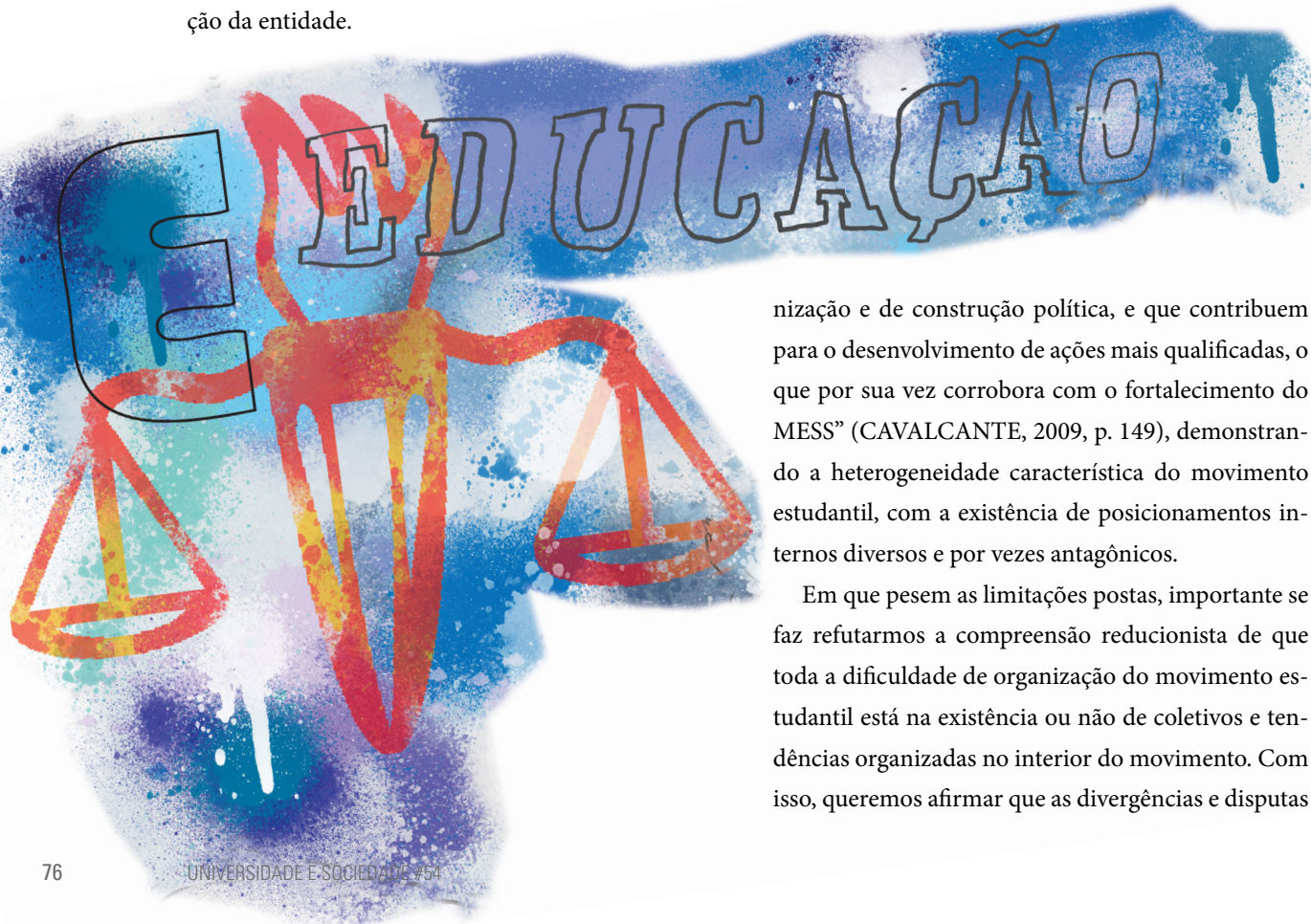
O desafio da construção da unidade na ação política⁵

Historicamente, é expressiva a presença de estudantes organizados(as) em grupos no movimento estudantil. No âmbito do MESS, os agrupamentos políticos passam a se organizar em teses a partir do ano de 1992, passando a disputar a direção da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) (CAVALCANTE, 2009). A emergência de diferentes grupos organizados em teses em torno de determinado projeto, com propostas e princípios comuns de intervenção na luta, ao mesmo tempo em que expressava o acúmulo político do movimento, também, contribuiu para o acirramento das disputas pela direção da entidade.

Para além desse aspecto, a disputa entre os diferentes grupos e tendências que militam no MESS também é expressa no processo de aprovação de propostas no ENESS, haja visto que as deliberações aprovadas pelo conjunto dos(as) estudantes presentes no fórum máximo de organização do MESS representam a direção a ser assumida pela ENESSO em sua ação política, com relação a: Conjuntura, Universidade, Formação Profissional, Movimento Estudantil, Cultura e Opressões, campos prioritários de atuação da Executiva.

É bem verdade que nem todos os grupos organizados elaboram teses; no entanto, a produção destas é importante, na medida em que se trata de documentos que explicitam para o conjunto dos(as) estudantes as concepções, análises e posições com as quais cada grupo converge e/ou diverge.

Na concepção de Rodrigues (2008), os(as) estudantes organizados(as) politicamente em grupos acabam por se diferenciar dentre os demais por atuarem, cotidianamente, na articulação e nas lutas do MESS, tendo, muitas vezes, papel de protagonistas na proposição, articulação e implementação das estratégias de ação defendidas pelo movimento. Nessa perspectiva, os grupos são “importantes espaços de orga-



nização e de construção política, e que contribuem para o desenvolvimento de ações mais qualificadas, o que por sua vez corrobora com o fortalecimento do MESS” (CAVALCANTE, 2009, p. 149), demonstrando a heterogeneidade característica do movimento estudantil, com a existência de posicionamentos internos diversos e por vezes antagônicos.

Em que pesem as limitações postas, importante se faz refutarmos a compreensão reducionista de que toda a dificuldade de organização do movimento estudantil está na existência ou não de coletivos e tendências organizadas no interior do movimento. Com isso, queremos afirmar que as divergências e disputas

políticas, no âmbito do MESS, são legítimas e devem ser asseguradas, numa perspectiva de se garantir o máximo da liberdade de crítica e de discussão. Porém, tal postura implica em negar a intolerância e a agressividade, que, muitas vezes, se estendem às relações pessoais entre os sujeitos que constroem o movimento.

Ademais, é preciso maturidade política da militância do MESS para que, não obstante as profundas divergências que se possa ter com determinado grupo político – que em dado momento se encontre na direção da ENESSO, por exemplo, sejam em termos ideológicos, táticos ou de concepções e práticas –, tais divergências não comprometam a ação política da ENESSO. Isso porque entendemos que as divergências políticas são importantes e devem ser evidenciadas na proporção em que estas enriquecem o debate e expressam o amadurecimento político dos(as) militantes do MESS. Contudo, é problemático para a ação do movimento que – quando não trabalhadas de forma democrática – essas divergências, muitas vezes, limitem os debates, sectarizem posições e dificultem o fortalecimento das lutas.

O exemplo mais perceptível disso é quando da realização de atos públicos em ocasião dos encontros nacionais, nos quais, geralmente, o tensionamento, entre os grupos políticos que atuam no MESS, dificulta a construção de um ato unitário, já que existem divergências quanto às reivindicações a serem pautadas, revelando práticas sectárias. Esse processo fragiliza o MESS, também no sentido de desmotivar alguns(mas) estudantes a participarem dos espaços do movimento.

Sobre a dificuldade de construção de atos públicos unitários, em linhas gerais, podemos nos remeter ao XXXII ENESS, no qual a citada dificuldade de conseguir, por meio do debate, se chegar a um denominador comum entre as diversas forças políticas acerca da bandeira de luta que seria pautada no ato público resultou em uma manifestação que abarcava múltiplas pautas: opressões (machismo, racismo e homofobia), tropas brasileiras no Haiti, Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), passe livre e muitas outras. Na nossa avaliação, esta multiplicidade dificultou o diálogo com a sociedade, tendo em vista que as pessoas não conseguiam apre-

ender, exatamente, de que se tratava a reivindicação do movimento.

Além disso, a forma como o processo de construção do ato foi encaminhada possibilitou que cada estudante (organizado ou não em grupo) produzisse qualquer cartaz que desejasse, sem realização de debate anterior. Com isso, o MESS acabou indo às ruas, neste ato, levando, também, um cartaz com os dizeres: “Contra o preconceito ao Ensino à Distância”, portanto, numa direção totalmente contrária às deliberações da ENESSO, que continuam a reafirmar a luta contra essa modalidade de ensino, não sendo esta posição advinda de nenhum preconceito e sim de inúmeros debates anteriores. Não estamos, com isso, negando a importância que teve a realização do referido ato público para a construção da consciência política dos(as) estudantes, pois este trouxe, também, elementos da radicalidade e da luta do MESS, no processo de ocupação de dois ônibus na ida e na volta do ato, na paralisação provocada nas ruas do centro de Teresina-PI e realização de assembleia de estudantes com falas públicas. Contudo, não podemos deixar de registrar nossa compreensão de que as fragilidades

Sobre a dificuldade de construção de atos públicos unitários, em linhas gerais, podemos nos remeter ao XXXII ENESS, no qual a citada dificuldade de conseguir, por meio do debate, se chegar a um denominador comum entre as diversas forças políticas acerca da bandeira de luta que seria pautada no ato público resultou em uma manifestação que abarcava múltiplas pautas.

na construção do ato foram, também, advindas da dificuldade do movimento de construção da unidade na ação política.

Uma outra dificuldade é que, atualmente, os grupos muitas vezes não têm conseguido cumprir o seu papel de impulsionar a política da ENESSO, tendo em vista não estarem hoje mais formulando e propondo como anteriormente, o que acaba também refletindo na dificuldade de receber a crítica por parte dos grupos organizados no MESS e, desse modo, se dificulta o debate no campo das ideias, segundo sinaliza o documento seguinte:

Alguns companheiros têm reagido de maneira quase histérica às críticas políticas. Isso é preocupante, pois demonstra certa incapacidade de lidar com opiniões diferentes e revela um certo infantilismo, até por companheiros já experientes no ME. Esses companheiros tendem a levar a crítica política para o lado pessoal e na maioria das vezes as rebatem não com outra crítica política, mas com uma autodefesa sentimentalista e personalista, que desvia o foco da crítica para os indivíduos de um grupo, ao invés de entendê-la como uma crítica às propostas, bandeiras e métodos usados pelo grupo (COLETIVO SERVIÇO SOCIAL EM LUTA, 2010, s/p).

Entendemos que a superação do mito da neutralidade provoca, também, a necessidade de nos contrapormos ao mito de que a harmonia deve prevalecer no campo do debate das ideias, pois o projeto ético-político profissional do Serviço Social explicita a importância de que as diferentes posições teóricas e políticas sejam expressas nos debates.

Vale chamar atenção para o fato de que garantir o pluralismo no debate das ideias não significa que todas as posições são análogas ou equivalentes, pois a profissão tem direção social clara e definida e, desse modo, seria hipocrisia querer que os debates ocorram totalmente isentos de tensões e conflitos. Contudo, faz-se extremamente necessário que saibamos lidar com as polêmicas e momentos de acirramento dos debates de forma respeitosa e democrática.

Corroboramos com a posição de que o espaço para a crítica deve ser garantido cotidianamente, pois tanto a negação do debate como a transformação deste em mera troca de acusações são, na realidade, expressões do conservadorismo e, portanto, não corresponde à cultura política do Serviço Social e de sua organização estudantil. Porém, faz-se necessário aprofundarmos nossa compreensão acerca da construção da unidade na ação política e qual o seu sentido e significado, pois não podemos também, “em nome da unidade”, abrir mão das divergências e disputas, como se as mesmas não existissem.

Na atualidade, as disputas existentes entre as vertentes que se organizam no MESS se referem, principalmente, à posição com relação ao debate UNE versus ANEL. Enquanto para algumas tendências não é possível disputar os espaços da UNE com os setores

governistas, investindo na construção de uma outra entidade, para outros grupos organizados no MESS, embora a entidade nacional de organização estudantil esteja hoje totalmente aparelhada, a participação nos espaços da UNE se constituem, também, como forma de dialogar com os(as) estudantes de base que se fazem presentes em seus fóruns com o objetivo de conhecer o ME. As divergências acerca da construção ou não da ANEL pode ser apreendida a partir da análise das teses apresentadas no XXXII ENESS (Piauí):

Defendemos que a ENESSO construa a ANEL. Por toda a similaridade do programa, métodos e concepção de movimento estudantil. Inclusive, achamos que não tem motivo para a ENESSO ainda não construir a ANEL, posto que compartilham das mesmas demandas e existe harmonia entre suas políticas. Por exemplo, o boicote ao ENADE, a defesa de uma universidade pública gratuita e de qualidade, de aliança entre estudantes e trabalhadores e um longo etc. (A Saída é Pela Esquerda, 2010, p. 11).

Ainda que dentro dessa tese do Pão e Rosas, parte dos integrantes defende a entrada na ANEL. Não achamos que isso se dará por decreto ou por uma discussão de quem está na Executiva, e nem mesmo pelo que a ANEL é hoje. [...] Prática política dos setores majoritários da entidade (PSTU, que atualmente está na Executiva da ENESSO) é um limite concreto que vemos a necessidade de superar, já que nas principais lutas a ANEL continua distante [...] resumindo-se a uma contraposição apenas superestrutural ao governismo da UNE (Pão e Rosas, 2010, p. 37).

De um lado a direção majoritária da UNE opta pela desmobilização dos estudantes e apoio incondicional ao governo, por outro, há um oportunismo vanguardista de construir, às pressas, sem discussão alguma com o conjunto dos estudantes uma nova entidade, no caso, a ANEL, por isso fazemos a opção pela organização e o trabalho de base e rechaçamos o movimento de cúpula [...] pois não concordamos com o debate oportunista e derrotista de crise de direção, nem da intervenção governista sem resistência por parte da direção, como fundamento para romper com as entidades. Mesmo porque a UNE já passou por situações piores na década de 1950, quando a base recuperou os rumos dessa organização das mãos da direita (Construindo pela Base, 2010, p. 30).

Uma outra grande expressão das divergências que acirram os debates entre as tendências organizadas no MESS é com relação à defesa ou o contraponto às políticas educacionais do governo Lula. Estas, além de estarem provocando diversas mudanças no sentido da Universidade, e voltando, predominantemente, para responder as exigências do capital e não garantindo uma formação profissional de qualidade, também vêm conseguindo fragmentar o movimento estudantil. Isso porque determinados setores que atuam no MESS colocam para a base dos(as) estudantes que a disputa trata-se meramente de “estudantes da pública versus estudantes da privada”, ou ainda: “estudantes das presenciais versus estudantes de Ensino a Distância (EAD)”, conseguindo, com isso, desqualificar o debate.

O fato é que, embora seja praticamente inevitável a existência de divergências estratégicas e táticas – e consideramos importante que estas sejam explicitadas –, a construção da unidade é um aspecto da ação política que deve perpassar o cotidiano da intervenção do MESS, principalmente por meio de construção de campanhas e atos públicos que dialoguem com a base dos(as) estudantes e contribuam para o seu processo de politização.

Desse modo, fortalecemos a luta em defesa de outro projeto de Universidade e de sociedade. Afinal, embora sejam inegáveis as diferenças existentes entre os coletivos que atuam no MESS, estas podem e devem ser democraticamente debatidas numa perspectiva de buscar a superação da imensa dificuldade que os grupos têm para a construção de pautas e programas que possam unificar os setores combativos do movimento. O sectarismo que, muitas vezes, se faz presente nos espaços do movimento estudantil apenas reforça a sua fragmentação e divisionismos e compromete o fortalecimento das lutas a serem encampadas. Desse modo, a realização do amplo debate em torno de propostas, concepções e práticas, sem perder a dimensão da importância de construção da unidade por parte dos grupos de esquerda, contribui para que o MESS se consolide como um espaço participativo, democrático e de afirmação da direção social da profissão.

Considerações finais

A história do Serviço Social vem sendo escrita a muitas mãos. É uma história-síntese de muitas gerações de estudantes e profissionais, de lutas e contribuições de diversos sujeitos individuais e coletivos. Mesmo em um contexto de regressão de direitos e ofensiva à organização coletiva, continuamos a escrever a história do Serviço Social brasileiro na luta e, neste percurso, o Movimento Estudantil de Serviço Social é apenas um dos sujeitos coletivos que fazem a história dessa profissão, mas um sujeito fundamental para o enfrentamento ao conservadorismo político e acadêmico que paira sobre o Serviço Social e que tem suas primeiras manifestações expressas ainda no momento da formação profissional e da condição do sujeito como estudante. Entretanto, a relevância da organização crítica dos(as) estudantes de Serviço Social não se esgota aí e transborda o campo estritamente político.

Ficamos a pensar, então, se assim como o acúmulo e a maturidade política construída por dentro do MESS respingam também no seio da categoria profissional, a médio ou longo prazo, em que medida também as dificuldades organizativas do movimento

O Movimento Estudantil de Serviço Social é apenas um dos sujeitos coletivos que fazem a história dessa profissão, mas um sujeito fundamental para o enfrentamento ao conservadorismo político e acadêmico que paira sobre o Serviço Social e que tem suas primeiras manifestações expressas ainda no momento da formação profissional e da condição do sujeito como estudante.

não rebatem/rebaterão em outras instâncias e espaços da categoria profissional? O que queremos dizer com isso é que o Serviço Social não é impermeável ao conjunto de alterações e novos desafios, questões e perspectivas que se apresentam ao movimento no qual seus(suas) estudantes se organizam e, nesse sentido, o debate sobre o movimento estudantil não é de forma alguma distante e apartado do debate sobre esta profissão e os rumos que a mesma toma.

A ENESSO é patrimônio político do Serviço Social brasileiro e mais do que nunca é urgente e necessário

analisar com criticidade e perspectiva de totalidade a realidade e as condições sociais nas quais sua atuação está inserida, imersa nas determinações mais gerais das relações de classe, e constantemente lembrar os momentos e conquistas da história do MESS que possibilitaram saltos qualitativos em sua trajetória para nos inspirarmos e nos reoxigenarmos para a construção da história que virá. Mais do que isso, é preciso apostar nas contradições e na nossa capacidade de transformação da realidade e reafirmar o MESS como sujeito partícipe do processo de construção e enraizamento do projeto ético-político profissional. O tempo presente exige coragem e ousadia e o desafio é (re)encantar-se! **US**

notas

1. É bem verdade que há uma grande dificuldade para conhecimento da história do MESS antes do período ditatorial, haja visto que muitos documentos e registros históricos se perderam e/ou foram destruídos durante o processo da ditadura militar instaurada em 1964. No entanto, existem pesquisas significativas produzidas nacionalmente, sejam no âmbito da graduação ou da pós, sobre a ação política do Movimento Estudantil de Serviço Social, a exemplo das pesquisas de: Rodrigues (2008); Silva (2008); Cavalcante (2007) – monografias de graduação – e Cavalcante (2009); e Ramos (1996), dissertações de mestrado. Em termos de artigos publicados em revistas na área, referenciamos ainda as produções de SANTOS e RAMOS (1997) e BRAZ e MATOS (2008). Para um resgate histórico da trajetória do movimento, indicamos a consulta a esses trabalhos, pois tal trajetória não é objeto de discussão do presente texto.

2. Aos setores que insistem em negar a caracterização do movimento estudantil (ME) como movimento social devido ao caráter transitório de seus militantes, ressaltamos que o argumento da transitoriedade dos estudantes é absolutamente insuficiente para negar o acúmulo e a perspectiva histórica do ME, especialmente porque acreditamos que o debate deve ser pautado sob a ótica não do indivíduo, mas de um sujeito coletivo. Evidente que o(a) estudante

enquanto sujeito individual tem diante de si um período temporal bastante limitado para intervenção e articulação no âmbito do movimento estudantil, mas faz-se necessária a capacidade de se reconhecer no outro e perceber a história como a continuação da obra coletiva. O processo de disputa por uma educação voltada para a transformação e construção de uma nova sociabilidade, sem dúvidas, transcende trajetórias individuais. Daí termos a convicção de que a transitoriedade se refere de fato aos sujeitos que militam no ME e de forma alguma ao movimento estudantil em si.

3. Faz-se necessária aqui, obviamente, a adequada diferenciação entre partidos políticos de esquerda e de direita. Em contraponto às posições que sustentam a não utilidade prática dessa diferenciação, temos nos construído por dentro do campo teórico-político que reafirma a atualidade de se falar em Direita e Esquerda no Brasil contemporâneo. Não obstante, reconhecemos que novas particularidades e desafios merecem ser considerados. Ao mesmo tempo, também polemizamos com algumas concepções mais difundidas quanto ao que distingue Direita e Esquerda, por as considerarmos por vezes bastante complexas e, por outras, um tanto quanto simplistas. Sader (1995, p. 114), por exemplo, entende que “no Brasil, a esquerda significa a contraposição ao neoliberalismo [...] e a concepção de direita no Brasil está historicamente identificada com o conservadorismo, com a elite, com a desigualdade social”. Um olhar atento para este critério de distinção entre esquerda e direita logo o questiona, pois o neoliberalismo ainda é muito recente em termos históricos. Então, como associar de forma tão contundente a esquerda à ofensiva neoliberal? Nesse caso, antes do neoliberalismo, não existia esquerda no Brasil? E até que ponto podemos dizer que todos aqueles que se contrapõem ao projeto neoliberal são mesmo de esquerda? Se é assim, o que dizer dos defensores do keynesianismo? Polêmicas à parte, por ora, nos limitamos a lembrar que no MESS não se fazem presentes exclusivamente partidos de esquerda, mas também de direita, embora de forma menos expressiva. A presença dos partidos de direita nos espaços do movimento estudantil pode ser mais facilmente visualizada, por exemplo, em ocasião dos Congressos da União Nacional dos Estudantes (UNE).

4. Conferência promovida em 1978 e publicada em Teoria da Organização Política III, obra organizada por Ademar Bogo pela Editora Expressão Popular.

5. Para a construção deste item, nos fundamentamos especialmente na pesquisa documental realizada por meio da análise das teses produzidas pelos grupos políticos que tensionam o MESS atualmente, apresentadas no XXXII ENESS (Teresina-PI), em julho de 2010.

BOGO, Ademar. **Identidade e Luta de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

BRAZ, Marcelo; MATOS, Maurílio Castro de. 30 anos de rearticulação do Movimento Estudantil em Serviço Social. In: **Serviço Social e Sociedade**, n. 96. São Paulo: Cortez, 2008.

CAVALCANTE, Maria Lenira Gurgel. **Movimento Estudantil de Serviço Social na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte**: trajetória histórica na luta por uma universidade pública e de qualidade. Mossoró-RN, 2007.

_____. **Movimento Estudantil e Serviço Social no capitalismo contemporâneo**: tendências e particularidades. 2009. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2009.

FERNANDES, Florestan. Movimento Socialista e Partidos Políticos. In: BOGO, Ademar (org). **Teoria da Organização Política III**: escritos de Sun Tzu, Maquiavel, Clausewitz, Trotsky, Giap, Fidel Castro, Carlos Fonseca e Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

IASI, Mauro Luís. O conceito e o não conceito de classes em Marx. In: **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2007a.

LÊNIN, V. I. **Que fazer?** Problemas cadentes do nosso tempo. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

OLIVEIRA, José Alberto Saldanha de. **A mitologia estudantil**: uma abordagem sobre o movimento estudantil alagoano. Maceió: Editora Universitária, 1994.

RAMOS, Sâmya Rodrigues. **A ação política do Movimento Estudantil de Serviço Social**: caminhos históricos e alianças com outros sujeitos coletivos. Universidade Federal de Pernambuco: Recife, 1996.

RODRIGUES, Larisse de Oliveira. **O Movimento Estudantil e a formação política do(a) estudante de Serviço Social**: contribuições e desafios. Natal-RN, 2008.

SANTOS, S.M.M. **A dimensão política dos movimentos sociais**: um estudo das representações dos dirigentes comunitários sobre a relação entre os Movimentos Sociais Urbanos e os Partidos Políticos. Universidade Federal de Pernambuco: Recife, 1995.

_____; RAMOS, S.R. O Movimento Estudantil de Serviço Social: parceiro na construção coletiva da formação profissional do(a) assistente social. In: **ABESS**. Nº 07. São Paulo: Cortez, 1997.

SILVA, Andréa Alice Rodrigues. **Convite à rebeldia**: uma reflexão sobre o Movimento Estudantil de Serviço Social e seus desafios na contemporaneidade. Fortaleza-CE, 2008.

DOCUMENTOS

TESE A Saída é pela Esquerda. In: EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL (org). Caderno de Teses. XXXII ENESS: Piauí, 2010.

TESE Construindo pela base. In: EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL (org). Caderno de Teses. XXXII ENESS: Piauí, 2010.

TESE Pão e Rosas. In: EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL (org). Caderno de Teses. XXXII ENESS: Piauí, 2010.

TESE Serviço Social em Luta. In: EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL (org). Caderno de Teses. XXXII ENESS: Piauí, 2010.

referências